



A INCLUSÃO ESCOLAR DE PESSOAS QUE PRATICAM A AUTOMUTILAÇÃO A PARTIR DA PROPOSIÇÃO DE ATIVIDADES NARRATIVAS: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA CULTURAL

Rodrigo da Silva Almeida ¹

Nadja Maria Vieira ²

RESUMO

Este trabalho consiste em um ensaio acadêmico sobre a inclusão escolar de pessoas que praticam a automutilação. Argumentamos aqui, que o enfoque na história desse fenômeno é relevante, pois tem impacto para produção de conhecimento e para definição de orientações para o enfrentamento de problemas relacionados a essas práticas. Em nosso argumento, destacamos que a ineficiência de políticas públicas propostas para este fenômeno pode estar relacionada com a ausência desse enfoque, visto que a supervalorização de informações de natureza clínica-biomédica deixa de fora muitos processos de natureza social e política. Ancoramos nossos argumentos nos fundamentos da Psicologia Cultural, destacando a atividade narrativa como *locus* para análise da historicidade. Subjacente a nossa abordagem, está o nosso reconhecimento da natureza dinâmica e das constantes transformações com as quais se manifestam os processos psicológicos humanos. Na perspectiva que desenvolvemos aqui, o enfoque sobre a historicidade não aliena a automutilação, suas características de diversidade e de mudança ao longo do tempo. Portanto, no presente ensaio destacamos a relevância do enfoque histórico, em uma discussão sobre a produção de conhecimento sobre a inclusão escolar e o fomento de políticas públicas que levem em consideração as opiniões das pessoas que recorrem a automutilação.

Palavras-chave: Automutilação, Inclusão escolar, Políticas públicas, Atividade narrativa, Psicologia Cultural.

¹ Graduado em Psicologia. Mestrando em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP), na linha de pesquisa: Saúde, Clínica e Práticas Psicológicas, integrante do grupo de pesquisa: Processos Educacionais e Desenvolvimento Humano (CNPq), do Instituto de Psicologia (IP), da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Especializando em Psicopedagogia Clínica e Institucional pelo Centro Universitário Tiradentes (UNIT), e-mail: rodrigoalmeidapsi@gmail.com

² Nadja Maria Vieira, Doutora em Psicologia Cognitiva (UFPE), docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP), na linha de pesquisa: Saúde, Clínica e Práticas Psicológicas, Líder do grupo de pesquisa: Processos Educacionais e Desenvolvimento Humano (CNPq), do Instituto de Psicologia (IP), da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), e-mail: vieira.ufal@gmail.com



INTRODUÇÃO

Tercemos aqui uma discussão sobre a inclusão escolar de pessoas que praticam a automutilação. Tomando como principal justificativa para esta discussão o aumento da sua incidência nas escolas, assim como em outros setores da sociedade. Consideramos também como justificativa a escassez de publicações sobre os aspectos histórico-culturais dessas práticas, visto que a maior parte das pesquisas têm um foco exclusivamente clínico/biomédico. Observamos que neste enfoque não se reserva lugar de relevância para a proposição de políticas públicas. Além disso, a ausência de atenção sobre a dimensão histórica desse fenômeno acarreta inconsistências à produção de conhecimento e à definição de diretrizes para enfrentamento aos problemas relacionados a esse fenômeno. Consideramos esse cenário e defendemos a atualização de abordagens no campo da produção de conhecimento sobre essas práticas.

Ancoramos esta discussão em uma pesquisa de mestrado em Psicologia que está em fase de execução. Nesta pesquisa focalizamos a relação da trajetória histórica das práticas de automutilação com significados/sentidos sobre automutilação negociados nas narrativas de adolescentes no ensino médio. Para abordar essa relação através da atividade narrativa, propomos, como procedimentos metodológicos, a partir da Psicologia Cultural, oficinas com diferentes atividades (desenhos, construção de textos coletivos etc.). Essas oficinas têm como momento privilegiado a roda de conversa, quando todos os participantes têm a oportunidade de apresentar e compartilhar opiniões sobre as atividades em que estiveram envolvidos.

O referencial teórico adotado nesta o pesquisa é o da Psicologia Cultural, que toma como base os pressupostos de Lev Vigotski e seus colaboradores (LEONTIEV et al., 2005; VIGOTSKI; LURIA; LEONTIEV, 2018) e, nos termos atuais, de Jaan Valsiner (GUIMARÃES, 2018), cujo enfoque recai sobre a natureza semiótica dos processos psicológicos, utilizando as narrativas como forma de organização das experiências psicológicas para a produção do conhecimento em Desenvolvimento Humano (BRUNER, 1997; VALSINER, 2012), que é concebido como um fenômeno dinâmico e complexo, cujo enfoque recai no diálogo e na mútua constituição entre a pessoa e a cultura, destacando as influências dos aspectos histórico-culturais, a singularidade humana e o seu caráter construtivo (RATNER, 1995; VIGOTSKI, 1998; VAN DER VER; VALSINER, 2012; MORENO; BRANCO, 2014). Também relevamos as discussões Vigotskianas acerca das implicações da concepção de história para a teoria e método da Ciência Psicológica, propondo novos modos de conceber e investigar o desenvolvimento humano, através de uma Psicologia



historicamente fundamentada, a partir de uma leitura crítica das relações sociais humanas (VIGOTSKI, 2004).

METODOLOGIA

No presente artigo, ocupamo-nos exclusivamente com uma discussão teórica, de natureza ensaísta, através da qual argumentamos sobre a relevância do enfoque histórico na produção de conhecimento sobre inclusão escolar de adolescentes que praticam automutilação. No presente ensaio, também reservamos atenção para a atividade narrativa enquanto procedimento da Psicologia Cultural e sua apropriação para uma abordagem alinhada ao incentivo para proposição de políticas públicas.

Para esta discussão tomamos como base os livros: *Fundamentos da Psicologia Cultural: Mundos da Mente, Mundos da Vida* (2012), de Jaan Valsiner; *Atos de Significação* (1997), de Jerome Bruner; *Psicologia da Arte* (1999); *Teoria e Método em Psicologia* (2004); *Pensamento e Linguagem* (2008); *A Construção do Pensamento e da Linguagem* (2009); *Psicologia Pedagógica* (2010), *Imaginação e Criatividade na Infância* (2014), todos da autoria de Lev Vigotski; e de alguns textos que versam sobre a automutilação e sobre inclusão escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. A Relevância de um enfoque Sócio-Histórico para o fenômeno da Automutilação

Diante do aumento da incidência do fenômeno da automutilação em nossa sociedade, especialmente nas escolas, temos percebido o crescente número de publicações sobre este assunto, que tem sido abordado a partir de diferentes áreas do conhecimento e perspectivas teóricas (ARATANGY et al., 2017; ALMEIDA et al., 2018). Analisando a literatura produzida, observamos a predominância de pesquisas a partir do enfoque biológico e clínico.

De acordo com Giusti (2013) o enfoque neurobiológico, que toma como base a Neuropsicologia e a Psicofarmacologia, afirma que essas práticas estão associadas a alterações no sistema nervoso central, especialmente em neurotransmissores dopaminérgicos, serotoninérgicos e opióides. Nesse sentido, as autolesões acontecem como resultado da redução dos níveis de serotonina e de dopamina (ocasionando, dentre outras coisas, o surgimento de sintomas de ansiedade e depressão) e do aumento da atividade cerebral de



opioides, sistema endógeno responsável pela percepção da dor e pelo aumento da sensibilidade a estímulos dolorosos.

Já o enfoque clínico\ biomédico da Psicopatologia, que toma como parâmetro as classificações nosológicas (sendo as mais comuns o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM 5; e a Classificação Internacional de Doenças - CID 11), associa a presença da automutilação junto a transtornos mentais, sendo os mais frequentes: transtornos da personalidade, especialmente o borderline; transtorno obsessivo-compulsivo, transtornos de ansiedade; depressão, transtornos alimentares, transtornos do controle dos impulsos e transtornos de uso de substâncias, além de elencar como principais fatores de risco características individuais (por exemplo: falta de mecanismos de adaptação, pessimismo, insegurança, baixa autoestima, distorção da imagem corporal, instabilidade emocional, impulsividade e autodepreciação); problemas relacionados à infância (por exemplo: ter sofrido abuso sexual, ter sido acometido por doença grave, etc.); conflitos familiares e questões sociais (como *bullying*, contato com informações sobre automutilação na internet, ter pessoas próximas que também se automutilam, etc.) (GIUSTI, 2013).

Percebemos a predominância da metodologia quantitativa ou de métodos mistos, cujo enfoque tradicional tem sido nas características clínicas e individuais das pessoas que praticam automutilação, como a presença de psicopatologias, comportamentos considerados disfuncionais, características sociodemográficas, fatores de risco, etc. Utilizando-se de pesquisas experimentais, caracterizadas pelo controle de variáveis e de hipóteses a ser testadas e validadas, fundamentadas na ideia de uma neutralidade científica, etc. (CASTILHO; GOUVEIA; BENTO, 2010; ARCOVERDE; SOARES, 2012; GIUSTI, 2013; CYPRIANO; OLIVEIRA, 2017; FONSECA et al., 2018).

Nos apropriamos dos argumentos de Henriques (2017) de que que a abordagem clínica\ biomédica da automutilação deve ir além da tentativa de extinguir essas práticas e de apenas educar os adolescentes e orientar a família, pois há uma tendência para estigmas, preconceitos, exclusão e medicalização dessas pessoas. Também percebemos que nesses enfoques não se expressa o interesse por fomentar a inclusão escolar e nem pela proposição de políticas públicas, tampouco considera o impacto do conceito de História nas discussões sobre teoria e método em Psicologia. Diante desse cenário, defendemos a atualização de abordagens no campo da produção de conhecimento sobre a automutilação.

Apresentamos aqui uma possibilidade de abordar a automutilação a partir da Psicologia Cultural, assumindo as proposições de Vigotski (2007), que introduziu a análise da historicidade apontando a constituição sócio-cultural dos processos psicológicos. Esse



enfoque permite caracterizar os fenômenos psicológicos (como a automutilação, por exemplo) como dinâmicos, que se transformam no tempo, pois se manifestam diferentemente para cada pessoa, além de estar relacionados a aspectos da comunidade, sociedade, família, etc. Isso significa considerar a história, pois a abordagem clínica\ biomédica exclusiva, muitas vezes, não leva em consideração essas características.

Vigotski (2004) concebe e investiga o desenvolvimento humano através de uma Psicologia historicamente fundamentada, defendendo que: “Não convém estudar o homem como uma criatura que permaneceu continuamente com as mesmas qualidades essenciais que adquiriu da natureza, mas como um ser que permanece em constante mudança” (VIGOTSKI; LURIA, 1996, p. 220). Consequentemente, o conceito vigotskiano de história implica numa leitura crítica das relações sociais humanas, consolidando a categoria “história” dentro da compreensão sobre o ser humano e suas relações (VIGOTSKI, 2007). Não esquecendo que, na Psicologia Cultural, o enfoque recai sobre a natureza semiótica dos processos psicológicos, utilizando-se das narrativas como forma de organização das experiências psicológicas para a produção do conhecimento em Psicologia e Desenvolvimento Humano (BRUNER, 1997; VALSINER, 2012; GUIMARÃES, 2018).

2. A Narratividade como instrumento teórico-metodológico para abordar a Historicidade

De acordo com Bruner (1997) o ser humano organiza suas experiências psicológicas narrativamente e a dimensão narrativa do pensamento pressupõe a negociação de significados sobre as experiências humanas no mundo. Todavia, a construção dos significados de suas próprias experiências não está desligada dos significados culturais e históricos em que as pessoas nascem e se desenvolvem, os quais vão sendo veiculados de forma narrativa, ordenando as suas relações, as suas práticas e os contextos das suas interações. Consequentemente, a narrativa estrutura os significados da vida humana numa estreita ligação com os significados sociais e culturais já estabelecidos historicamente.

Isso significa que, de acordo com Bruner (1997) e Valsiner (2012), uma vez que organizamos nossas experiências psicológicas narrativamente, nesse funcionamento está subjacente também o papel da historicidade: organizar narrativamente é sequenciar as experiências no tempo para produzir sentidos sobre a vida. Com essas características, as narrativas são instrumentos apropriados para o enfoque da historicidade na produção de conhecimento em Psicologia e é isso o que temos feito em nossa pesquisa de mestrado,



utilizando-nos da análise de narrativas escritas da literatura sobre as práticas de automutilação e utilizaremos também das narrativas de estudantes do ensino médio. Nesse trabalho com narrativas estaremos promovendo uma análise da relação entre a história das práticas na literatura e os significados para as práticas nas narrativas desses adolescentes.

Ancorados nesses pressupostos teórico-metodológicos da Psicologia Cultural, destacamos assim a atividade narrativa como *locus* para análise da historicidade, reconhecendo a natureza dinâmica e as constantes transformações com as quais se manifestam os processos psicológicos humanos. Argumentamos ainda que o enfoque sobre a historicidade não aliena das práticas de automutilação, as suas características de diversidade e de mudança ao longo do tempo e acreditamos que, a partir dessas considerações, será possível fomentar uma discussão sobre a inclusão escolar, enquanto uma política pública voltada para pessoas que praticam a automutilação.

3. A Inclusão Escolar enquanto Política Pública da Educação

A escola inclusiva é a orientação oficial para a educação básica brasileira. Esta orientação está prescrita na lei que regulamenta a educação no Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases – LDB, promulgada em 1996. Esta lei foi atualizada nos anos subsequentes através de diferentes documentos que aperfeiçoam parâmetros curriculares específicos para cada nível educacional. Embora durante as atualizações ela tenha preservado o caráter obrigatório dessa orientação, observam-se ainda dificuldades de gestores, professores e profissionais em geral que fazem a comunidade escolar, para compreender o significado da inclusão educacional, especialmente quando se deparam com fenômenos tão complexos como a automutilação.

Além disso, a Educação Inclusiva, ao fomentar um modelo de educação que se volta para o atendimento de qualidade para todos (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA; 1994; BRASIL, 2008; BRASIL, 2015; LDB, 2018), não pode ser limitada a atenção para as necessidades das pessoas com deficiência. A falta de deficiência, não atesta, por exemplo, a qualificação dos serviços, nem a garantia de igualdade entre os que não são deficientes, inclusive daqueles que praticam a automutilação que, ao serem alvo de preconceitos e estigmatizações, são excluídos do contexto escolar.

Além disso, o governo brasileiro, ao assinar essa declaração, também assume o compromisso de definir a inclusão como modelo de educação nacional. Segundo Kunzler (2019) apesar de todas as pessoas terem direito a uma educação de qualidade, que se compromete (no papel) em atender a todas as diferenças e da importância de políticas



públicas como a Declaração de Salamanca (1994), elas não têm sido suficientes para promover a inclusão escolar, pois: “[...] É necessário que as políticas econômicas e educacionais sejam construídas com o objetivo de dar condições para que o direito à educação seja assegurado” (p. 19).

Nesse contexto, problematizaremos a importância de discutir a inclusão escolar de pessoas que praticam a automutilação. Inicialmente defendemos que se faz necessária a atualização de concepções tradicionais de inclusão onde se observa um reducionismo ao atribuir à educação inclusiva unicamente a garantia do acesso de pessoas com diferentes deficiências às escolas. Reafirma-se aqui a importância dessa garantia. Todavia, ressaltamos a necessidade de uma maior amplitude na concepção de inclusão, que pressupõe uma revisão profunda sobre aspectos implicados no processo ensino-aprendizagem, como por exemplo, renovação de metodologias de ensino, renovação nos parâmetros de avaliação, renovação nas políticas de gestão escolar, inserção de práticas reflexivas sistemáticas voltadas para todos os integrantes da comunidade escolar (alunos, professores, funcionários e gestores), etc.

Argumentamos que a promoção da inclusão escolar das pessoas que praticam automutilação requer o enfoque na história dessas práticas, considerando impacto para produção de conhecimento e para definição de orientações para o enfrentamento dos problemas relacionados com as autolesões, visto que a supervalorização de informações de natureza clínica-médica deixa de fora muitos processos de natureza social, histórico-cultural e política. Isso significa reconhecer a natureza dinâmica e as constantes transformações com as quais se manifestam os processos psicológicos humanos (BRUNER, 1997; VALSINER, 2012).

Na perspectiva que desenvolvemos aqui, reforçamos que o enfoque sobre a historicidade não aliena a automutilação e as suas características de diversidade e de mudança ao longo do tempo e, neste artigo, situamos esses pressupostos em uma discussão sobre a inclusão escolar, enquanto uma política pública voltada para pessoas que recorrem a esses atos e defendemos a inserção de práticas reflexivas sistemáticas sobre assuntos do cotidiano voltadas para todos os integrantes da comunidade escolar (incluindo temas delicados, como automutilação, suicídio, etc.) e a promoção da acessibilidade em suas várias nuances, principalmente a atitudinal, tendo como base teórica a Psicologia Cultural (ALMEIDA; VIEIRA, 2020).

Acreditamos que uma possibilidade de operacionalizar isso é através de rodas de conversas e oficinas junto aos alunos utilizando-se de narrativas, ofertando espaços de diálogo, escuta e compartilhamento de sentidos e significados atribuídos às autolesões. Segundo Moura e Lima (2014) as rodas de conversa, no âmbito das pesquisas narrativas, são



uma forma de produzir dados que possibilita a partilha de experiências e o desenvolvimento de reflexões, em um processo mediado pela interação entre os pares por meio de diálogos internos e do silêncio observador e reflexivo. Já Walter Benjamin (1996) acrescenta que a narrativa é uma forma artesanal e secular de comunicação que, articulando passado, presente e futuro revelam: “uma vida como de fato foi lembrada por quem a viveu [...]” (p. 37), o que implica em dar espaço para que o participante forneça dados na pesquisa e seja possível construir dados COM as pessoas e não SOBRE elas, dialogando com o argumento de Bock, Furtado e Teixeira (2019) de que a eficiência das políticas públicas depende do quanto nelas contemplam-se opiniões do público para quem se destinam.

As rodas de conversa, enquanto instrumento de pesquisa, consistem num método de participação coletiva de debate a respeito de um assunto onde, por meio do diálogo, as pessoas se expressam e escutam seus pares e a si mesmas por meio do exercício reflexivo. Proporcionam também que o diálogo funcione como um momento singular de partilha, através da escuta e da fala, agregando vários interlocutores (BERNARDES; SANTOS; SILVA, 2015).

Além disso, para Moura e Lima (2014): “[...] as colocações de cada participante são construídas por meio da interação com o outro, seja para complementar, discordar, seja para concordar com a fala imediatamente anterior [...]” (p. 100). Nesse sentido, o ato de conversar, implica em compreender com mais profundidade, refletir mais e ponderar, no sentido de compartilhar, promovendo uma ressonância coletiva por meio da construção e reconstrução de conceitos (MOURA; LIMA, 2014).

Conseqüentemente, as rodas de conversa podem ter diferentes visões e concepções e formas de desenvolvimento, a depender da intencionalidade, do direcionamento e da perspectiva teórico-metodológica que o pesquisador deseja dar a elas podendo, inclusive, ser operacionalizadas de formas diversas, como: apresentação de conteúdos, instrução para atividades, construção e acompanhamento de regras, momentos de novidade e, possivelmente, de mediação de conflitos, etc. (ANTONIO, 2016). Propomos aqui o uso de rodas de conversas e oficinas junto aos alunos que praticam automutilação na escola através de narrativas, visando ofertar espaços de diálogo, escuta e compartilhamento de sentidos e significados atribuídos a essas práticas.

Também nos apropriamos do ponto de vista de Dettmer (2018) de que a automutilação se constitui como uma “linguagem não-verbal”, cujo meio comunicacional é o seu próprio corpo, havendo a necessidade de considerar as opiniões desses adolescentes e: “[...] fazer emergir um discurso que grita através de corpos cortados” (p. 15). Acreditamos que discutir



sobre inclusão de pessoas que recorrem à essas práticas é uma forma de discutir política pública contemplando as opiniões desse público (BOCK, 2015; BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2019).

Nesse sentido, as narrativas ajudam na reflexão sobre como assegurar que as políticas públicas reflitam sobre as opiniões do público alvo para qual são destinadas, pois as narrativas possibilitam a organização dos seus processos psicológicos, na medida em que produzem sentidos sobre suas vidas. Assim, essas são algumas das condições que consideramos indispensáveis para uma abordagem inclusiva e integradora da saúde e desenvolvimento das pessoas que praticam automutilação na escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, diante do aumento das práticas da automutilação nas escolas, argumentamos ser necessária a atualização de abordagens para o conhecimento e enfrentamento desse fenômeno, sendo indispensável ir além do olhar clínico\biomédico pelo qual tem-se discutido esses atos, considerando a historicidade subjacente a essas manifestações e enfatizando a cultura como um aspecto constitutivo do desenvolvimento humano. Argumentamos que o enfoque na história desse fenômeno favorece a busca por eficiência para as políticas públicas, uma vez que o conhecimento sobre historicidade se refere aos processos individuais constituídos nas experiências sociais (coletivos).

A partir de uma concepção ampliada de inclusão escolar, no intuito de espelhar uma sociedade mais justa e inclusiva, somos vetores do argumento de que a eficiência das políticas públicas depende do quanto nelas contemplam-se opiniões do público para quem se destinam, sinalizamos aqui a importância da atenção sobre: a) a relação entre pessoas e as instituições; b) sobre a possibilidade de conhecer os significados individuais e coletivos, em seu potencial de transformação no tempo social, bem como as práticas e seu impacto para produção de conhecimento e posterior definição de orientação para enfrentamento do fenômeno da automutilação nas escolas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA. R. S. et al. A Prática da automutilação na adolescência: o olhar da psicologia escolar\educacional. **Cadernos de Graduação: Ciências Humanas e Sociais**, Maceió\AL, v. 4, n. 3, Maio, 2018, p. 147-160. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/index.php/fitshumanas/article/view>>. Acesso em 28 Ago. 2018.



ALMEIDA, R. S.; VIEIRA, N. M. A Inclusão social de pessoas que praticam a automutilação sob o olhar da psicologia sócio-histórica de Vigotski. In: CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES. **Anais do VIII CONINTER**. Maceió\ AL, Fev. 2020, p. 1-14. Disponível em: <<https://even3.blob.core.windows.net/anais/18034.pdf>>. Acesso em 16 Abr. 2020.

ANTONIO, C. S. **Roda de conversa**: uma pesquisa bibliográfica sobre o tema. 2016, 57f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Pedagogia) - Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016. Disponível em: <www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/000978511>. Acesso em 02 Jul. 2020.

ARANTANGY, E. W. et al. (Org.). **Como lidar com a automutilação**: guia prático para familiares, professores e jovens que lidam com o problema da automutilação. São Paulo: Hogrefe, 2017.

ARCOVERDE, R. L.; SOARES, L. S. L. C. Funções neuropsicológicas associadas a condutas autolesivas: revisão integrativa de literatura. **Psicologia: Reflexão & Crítica**. Recife\PE, v. 25, n. 2, Fev. 2012, p. 293-300. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf>. Acesso em 12 Jul. 2020.

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**: obras escolhidas. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BERNARDES, J. S.; SANTOS, R. G. A.; SILVA, L. B. A 'Roda de conversa' como dispositivo ético-político na pesquisa social. In: LANG, C. E. et al. (Orgs.). **Metodologias**: pesquisas em saúde, clínica e práticas psicológicas. Maceió: Edufal, 2015, p. 13-34.

BOCK, A. M. B. A Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M. (Orgs.). **Psicologia sócio-histórica**: uma perspectiva crítica em psicologia. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2015, p. 21-46.

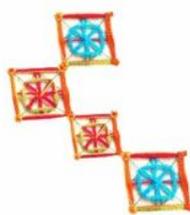
BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologias**: uma introdução ao estudo de psicologia. 15ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECAD). Jan. 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/politicaeducuespecial.pdf>>. Acesso em: 11 Jul. 2020.

_____. **Lei Nº 13.189 - Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio**. Brasília\DF, Presidência da República, 26 de abril de 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_Ato2019/2019/Lei/L13819>. Acesso em 06 Jul. 2019.

_____. **Lei Nº 13.968 - Altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para modificar o crime de incitação ao suicídio e incluir as condutas de induzir ou instigar a automutilação, bem como a de prestar auxílio a quem a pratique**. Brasília\ DF, Presidência da República, 26 de dezembro de 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br_ato2019-2022/2019/lei/L13968.htm>. Acesso em 24 Fev. 2020.

BRUNER, J. **Atos de significação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.



CASTILHO, P.; GOUVEIA, J. P.; BENTO, E. Auto-criticismo, vergonha interna e dissociação: a sua contribuição para a patoplastia do auto-dano em adolescentes. **Psychologica**. Coimbra, v. 2, n. 52, s/m, 2010, p. 331-360. Acesso em: <https://impactum-journals.uc.pt/psychologica/article/view/1647-8606_52-2_14>. Acesso em 12 Jul. 2020.

CYPRIANO, C. P.; OLIVEIRA, I. R. Ocorrência do Bullying e sua correlação com as escolas psicométricas SCARED e CDI, o consumo de álcool e a automutilação em escola pública municipal de Salvador, Brasil. **Revista de Ciências Médicas e Biológicas**. Salvador\ BA, v. 16, n. 3, Dez. 2017, p. 283-287. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/cmbio/article/view/24388>>. Acesso em 12 Jul. 2020.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: Ministério da Educação (MEC), 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em 11 Jul. 2020.

DETTMER, S. E. S. **Cutting**: uma caracterização do fenômeno em escolas de Dourados (MS). 2018, 132 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Instituto de Psicologia. Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados\ MS, 2018. Disponível em: <<repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handgt>>. Acesso em 28 Mar. 2020.

FONSECA, P. H. N. et al. Autolesão sem intenção suicida em adolescentes. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**. Minas Gerais, v. 70, n. 3, Jun. 2018, p. 246-258. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_pdf>. Acesso em 12 Jul. 2020.

GIUSTI, J. S. **Automutilação**: características clínicas e comparação com pacientes com transtorno obsessivo-compulsivo. 2013, 184 f. Tese (Doutorado em Ciências) - Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5142>. Acesso em 11 Jul. 2020

GUIMARÃES, P. M. **Narrativas autobiográficas de adultos em situação de rua**: considerações sobre metodologias na psicologia cultural. 2018, 117 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Instituto de Psicologia. Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufal.br>>. Acesso em 16. Abr. 2020.

HENRIQUES, R. L. S. P. A Automutilação nas políticas públicas de saúde mental: um olhar através do biopoder e sociedade disciplinar foucaultiana. **Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**. Minas Gerais, v. 3, n. 6, Dez. 2018, p. 172-189. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article>>. Acesso em 08 Jul. 2020.

KUNZLER, J. **Uma escola para todos**: quanto custa este direito?. 2019, 149 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Educacional) - Programa de Pós-Graduação em Gestão Educacional. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle_pdf>. Acesso em 11 Jul. 2020.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB). 2ª ed. Senado Federal: Brasília, 2018. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/lei_de_diretrizes_e_bases_2ed.pdf>. Acesso em 12 Jul. 2020.



LEONTIEV, A. N. et. al. **Psicologia e pedagogia**: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento. São Paulo: Centauro, 2005.

MORENO, M. R.; BRANCO, A. M. Desenvolvimento das significações em si de crianças na perspectiva dialógico-cultural. **Psicologia em Estudo**. Maringá, v. 19, n. 4, p. 599-610, Dez. 2014. Disponível em: <pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt>. Acesso em 16 Abr. 2020.

MOURA, A. F.; LIMA, M. G. A Reinvenção da roda: roda de conversa - um instrumento metodológico possível. **Revista Temas em Educação**. João Pessoa, v. 23, n. 1, p. 98-106, Jun. 2014. Disponível em: <<https://www.periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view>>. Acesso em 02 Jul. 2020.

RATNER, C. **A Psicologia sócio-histórica de Vigotski**: aplicações contemporâneas. Porto Alegre: Artmed, 1995.

VALSINER, J. **Fundamentos da psicologia cultural**: mundos da mente, mundos da vida. Porto Alegre: Artmed, 2012.

VAN DER VER, R.; VALSINER, J. Vigotski como filósofo da ciência. **Pesquisas e Práticas Sociais**. São João Del-Rei, v. 8, n. 2, Dez. 2013, p. 143-147. Acesso em: <<https://www.ufsj.edu.br/portal2repositorio/File/revista.pdf>>. Acesso em 12 Jul. 2020.

VIGOTSKI, L. S.; LURIA, A. R. **Estudos sobre a história do comportamento**: símios, homem primitivo e criança. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

VIGOTSKI, L. S. **O Desenvolvimento psicológico na infância**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VIGOTSKI, L. S. **Psicologia da arte**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

VIGOTSKI, L. S. **Teoria e método em psicologia**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

VIGOTSKI, L. S. **A Formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VIGOTSKI, L. S. **Pensamento e Linguagem**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

VIGOTSKI, L. S. **A Construção do pensamento e da linguagem**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

VIGOTSKI, L. S. **Psicologia pedagógica**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

VIGOTSKI, L. S. **Imaginação e criatividade na infância**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

VIGOTSKI, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 16ª ed. São Paulo: Ícone, 2018.